

Teorias e Práticas Feministas: algumas questões para pensar a política e a ciência feministas

Márcia Tait

Nesse texto tentarei relacionar alguns enunciados fundamentais presentes nas teorias e práticas feministas propondo sua importância para pensar os desenvolvimentos da ciência em termos de uma crítica feminista. Como na maioria dos textos sobre o tema feminismo escrito atualmente, inicio com a ressalva de que os feminismos como movimentos sociais são múltiplos assim como suas teorias e ênfases teóricas, um rico campo (e por vezes minado) onde constantemente surgem novos termos e enfoques, que questionam mesmo os conceitos tidos como consolidados, como o próprio “gênero” e o próprio “feminismo”. O movimento feminista é muito anterior a mais conhecida “Segunda Onda” e teve início antes do florescer dos movimentos de 60, por exemplo, o conhecido movimento de mulheres pelo voto feminino, aconteceu em vários países no início do século XX e culminou com a conquista do direito ao voto feminino no Brasil em 1932.

A multiplicidade de vozes impede a construção de sentidos para ação comum?

No período entre décadas de 60-70 ganham impulso outros movimentos progressistas ligados tanto a antigos formatos revolucionários (socialismo, comunismo, anarquismos, partidos de vanguarda), quanto a aqueles em torno às liberdades democráticas e aos direitos políticos e também outros com caráter cultural, como ambientalistas, pacifistas e novos movimentos feministas. Esses movimentos foram designados posteriormente por uma linha teórica muito influente na América Latina como “novos movimentos sociais”, que se diferenciariam “dos movimentos anteriores” por privilegiar questões culturais, identitárias, comportamentais, a produção de novos códigos culturais e sociais, mudanças na vida cotidiana e nas formas de lutas políticas, por exemplo, estratégias de lutas pacifistas, liberdades do corpo e do comportamento, o lema feminista “pessoal é político”. No Brasil nesse período as mulheres identificadas com as propostas feministas, mesmo antes de constituírem movimentos autônomos de mulheres, atuaram na luta política nos movimentos revolucionários, pela redemocratização, pela Anistia e mobilização esquerdistas de diversos matizes. As mulheres também já atuavam em articulações de base popular trabalhadora e classe média e “ilustrada” por creches, direitos reprodutivos, denunciando a violência doméstica, entre outros temas.

Mais do que discutir uma possível segmentação entre movimentos e siglas, as questões centrais que gostaria de colocar retomam a relação primordial e fundante entre feminismo e política abordado por teóricas e ativistas feministas do passado e que, sinto, voltam a pulsar com força no presente. Quais as principais questões teóricas e pautas políticas foram postas a partir da Segunda Onda (momento em que os estudos de gênero começam a entrar como campo teórico nas universidades - no Brasil isso acontece mais tarde a partir de 80)? Os feminismos influenciaram transformações nas estruturas e pressupostos da produção das ciências?

Política Feminista e Luta Antissistema

Tanto os movimentos feministas, quanto as teorias feministas são políticas – e ambos sempre andaram juntos. Em diferentes medidas sempre vão mostrar/denunciar as injustiças e os privilégios e apontar o desejo e/ou caminhos para sua superação. A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades e o feminismo vai questionar as bases para naturalização dessa desigualdade e seus pressupostos biológicos ou culturalistas. Desde sua entrada como uma área de estudos nos espaços acadêmicos durante a década de 70-80 os estudos de mulheres, estudos de gênero e

posteriormente estudos feministas ganham espaço não apenas em grupos isolados, mas como promotores da difusão do gênero como categoria de análise em disciplinas das predominantemente das ciências humanas, mas também em todos os campos de conhecimento, ainda que com distintas intensidade/radicalidade e enfoques.

“Não é mais possível discutir teoria política ignorando e relegando as margens a teoria feminista.”

...Afirmam Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli no livro recém-publicado [Feminismo e Política](#). As construções sociais da distinção biológica entre sexo feminino e masculino estão no centro da definição de gênero enquanto categoria de análise do social. A importância da categoria gênero está na discussão sobre como uma diferença fisiológica é transformada socialmente em concepções hierárquicas, naturalização da opressão e estereótipos, em desigualdades nas estruturas de organização (por vezes de forma naturalizada e implícita) e no pensamento social, portanto, também na produção de conhecimento científico. As epistemologias feministas, [estudos feministas da ciência e tecnologia](#) e proposições em torno da ciência feminista vão proporcionar distintas abordagens em torno dessa construção de manutenção social do “feminino” como “outra inferior” dentro da visão sobre o humano e das relações sociais.

“O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo a exploração sexista e a opressão”.

Essa é a explicação simples da feminista negra bell hooks no seu livro [Feminismo é para todo o mundo](#), publicado em 2000. Ela também colocou como primeiro capítulo o tema “política feminista” que, como explica, não se trata exclusivamente de lutar para conseguir que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens (centralmente o acesso aos empregos e mesmos salários e a divisão dos trabalhos domésticos) e muito menos de sustentar ideias e posturas “anti-homens” ou que desconsideram que as próprias mulheres podem agir de forma sexista. Como feminista negra, também coloca a classe social e a raça como centrais para entender o funcionamento e manutenção das desigualdades de gênero. Esta última questão está longe de ser retórica. Segundo dados do Mapa da Violência da Flacso (2015) enquanto o feminicídio entre mulheres brancas no Brasil entre 2003 e 2013 caiu 10%, entre as mulheres negras aumentou 50%, além disso, segundo Dossiê Mulheres Negras do Ipea de 2009, as negras possuem menor escolaridade e menores salários, uma realidade histórica que se mantém em nosso país.

Essas e outras questões são trazidas neste livro, mas neste espaço queria abordar especialmente a colocação que bell hooks faz em relação a duas abordagens conflitantes dentro do feminismo (como teorias e movimentos sociais) desde o seu início e coloca as diferenças políticas, entre um “feminismo revolucionário” e um “feminismo reformista” (chamadas por outras teóricas também de feminismo liberal). O feminismo reformista foi caracterizado por ela como aquele que se preocupa exclusivamente com a conquista de direitos iguais (como dito antes, entendidos principalmente como laborais) entre homens e mulheres.

Não se preocupava com a estrutura social de subordinação, com as relações de classe e raça entre homens e mulheres, com a maior exploração e violência sofrida pelas mulheres pobres, trabalhadoras e negras, ou seja, não questionava as bases de manutenção capitalista e exploração do trabalho, desejos e necessidades das pessoas - se colocava como mais um meio para mobilidade de classes. Um “feminismo como estilo de vida” que se acomoda na ideia de que “pode haver tantos feminismos como mulheres no mundo” e para o qual não existe nenhuma contradição numa mulher conservadora, que não faz nenhuma crítica ao

neoliberalismo e que adote o “feminismo como estilo de vida”, associado muitas vezes a um “feminismo do poder” que abraça o poder mesmo que este esteja enlaçado com a exploração das outras pessoas e manutenção de discriminações pela origem social e cultural, raça, entre outras.

Para a autora, esse tipo de pensamento ao ser reconhecido como parte do feminismo estaria fazendo com que a política feminista perdesse sua força. Em contraponto, o feminismo revolucionário seria aquele que se preocupou e sempre se preocupará com essas questões, com a necessidade de rompimento com a própria ideia de poder e exploração e suas práticas, portanto, questionador do sistema capitalista, patriarcal e racista, entendidos com parte de uma mesma engrenagem. Para ela, o feminismo negro em suas origens esteve ligado a radicalidade desse pensamento.

O livro escrito pelo coletivo de jovens feminista [Não me Kahlo](#), no capítulo *Empoderamento: da luta antissistema ao feminismo apolítico* publicado no ano passado, também retoma essa questão da relação entre luta anti-capitalista e feminismos. Elas relembram uma importante correlação à segunda onda feminista coincide temporalmente com a reestruturação do sistema capitalista e ascensão do neoliberalismo como corrente econômica e prática de políticas. Essa corrente está associada a toda uma ideologia de meritocracia – “o sucesso do indivíduo depende dele próprio”. Na análise do coletivo, apoiada na filósofa e teórica política Nancy Fraser e de outras feministas, “o feminismo não se manteve imune a essa reestruturação do sistema e ao crescente individualismo” e muitas ideias feministas foram ressignificadas para aproximar-se a uma variante de política de identidade, preocupada com questões culturais e pontuais e distantes de questões econômicas e políticas mais amplas ou mesmo para demandas ou desigualdades materiais concretas.

É nesse contexto de escalada mundial do neoliberalismo que as autoras interpretam o ideal em torno da “mulher poderosa” - aquela que pode atingir o poder dentro dos parâmetros capitalistas, ampliar sua capacidade de consumo e “alcançar o sucesso”, dentro de padrões da industrial cultural, da beleza, etc. A “bela, poderosa e do mercado” (minhas colocações), além de outras contradições esconde a imposição do padrão de beleza, o acúmulo de funções domésticas e do mercado, o sofrimento pessoal de compatibilizar o sucesso profissional e maternidade. Indo mais longe, estas mulheres não problematizam a exploração de outras classes e do trabalho de outras mulheres, ou mesmo que em momentos de crise econômica, de “ajustes no sistema” e de perda de assistência social, as mulheres e mulheres pobres são as que mais sofrem com desemprego, precarização do trabalho, desemprego e violência.

Também podemos pensar na relatividade desse poder enquanto coletivo, com a para lá de baixa ocupação de cargos políticos pelas mulheres no Brasil. Nesse sentido, avançamos pouco na representatividade das mulheres e das propostas feministas no sistema político. Segundo dados de 2010, trazidos no livro de Miguel e Biroli, as mulheres ocupam menos de 10% das cadeiras como deputadas, cerca de 12% das cadeiras como vereadoras no Estado de São Paulo e menos de 10% de prefeitas. E ainda, tivemos uma única presidente na história que não conseguiu completar seu mandato.

Essa narrativa possivelmente demasiado didática e linear buscou mapear algumas questões centrais para o feminismo enquanto conjunto de teorias e ações políticas. Retomando as questões iniciais buscarei trazer elementos para pensar na relação mais específica entre feminismo e produção de conhecimento e produção de ciência, no caso do Brasil, primordialmente das universidades públicas. As contribuições feministas influenciaram transformações nas estruturas e pressupostos da produção das ciências?

“Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas.”

Esta frase escrita pela teórica feminista brasileira Cecilia Sardenberg em 2001 no artigo [Da crítica feminista a ciência a uma ciência feminista?](#) para explicar o “o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia”. A crítica feita pelas epistemologias feministas sobre o padrão da Ciência Moderna se formula em base numa reformulação da própria história do conhecimento humano e de como esta ciência em seus distintos ramos objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, naturalizou dicotomias entre feminino e masculino em suas representações sobre biológico e cultural que sempre desprestigiaram as mulheres. Assim, afirma Sardenberg a ciência tem produzido ao longo da história fundamentalmente conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios feministas.

É possível perceber distintos posicionamentos e ênfases também dentro do espectro dos estudos de gênero e ciência/estudos feministas da ciência e tecnologia e, talvez, uma tendência de transformação no olhar sobre a desigualdade de gênero no mundo da ciência que passa a ser menos quantitativa e baseada em base das “noções de igualdade” passando a ser mais qualitativa em “noções de diferença”.

Desde meados do século XX, a presença de mulheres em carreiras relacionadas à ciência e tecnologia tem sido tema explorado buscando entender o número inferior de mulheres nas carreiras científicas e tecnológicas e modos de reduzir essa diferença. A partir da década de 80 intensificou-se a produção de estudos, análises, pesquisas sobre inserção das mulheres no mercado de trabalho (mostrando assimetrias de qualificação e remuneração) e também estudos focados na participação das mulheres na política e carreiras universitárias. Entre fim da década de 80 e meados de 90 surgem os [primeiros grupos específicos voltados ao estudo da mulher](#) nas universidades brasileiras, como o pioneiro Núcleo de Estudos sobre a Mulher na PUC do Rio de Janeiro e Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp em 1998 e outros grupos de pesquisadoras, como os que atuam no Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp, coletivos que passaram a pesquisar e produzir sobre esse tema.

Os estudos sobre o mundo do trabalho e carreiras científicas passam a evidenciar a segregação horizontal (segregação de atividades por gênero, deixando as melhores remuneradas e prestigiadas para os homens) e segregação vertical, também chamada de “teto de vidro” ou “efeito tesoura” (dificuldades ou impedimentos das mulheres chegarem aos postos mais altos de uma carreira, chefias, gerências, etc.). Especificamente no que diz respeito ao acesso de mulheres a educação superior e as carreiras científicas (não considerando segmentação por raça/classe ou áreas de prestígio) a situação mudou indiscutivelmente para melhor no Brasil nas últimas décadas.

Em pesquisa divulgada em junho de 2017 pela Elsevier, o Brasil aparece como a nação que mais avançou em termos de igualdade numérica nas duas últimas décadas. As mulheres já representam 49% da população de cientistas, o que coloca o país, junto com Portugal, no primeiro lugar mundial no quesito igualdade de gênero (embora a atuação delas se concentre nas áreas de saúde e relacionadas ao “cuidado”, como medicina, enfermagem, fisioterapia). Dados divulgados pelo IBGE que foram sistematizados e analisados pela [FLACSO em 2014](#) as mulheres já são a maior parte (mais de 50%) das estudantes de ensino superior em todos os estados brasileiros. “O fato de as mulheres serem maioria entre estudantes universitários brasileiros é um evento relativamente recente, considerando que, em 1956, elas representavam 26% do total de matriculados/as e, em 1971, não passavam de 40%. A reversão

deste quadro aconteceu no início dos anos 2000, quando as mulheres atingiram 60% do total de concluintes”.

Esses avanços não podem ser desprezados, inclusive porque são fruto da mobilização de mulheres de diversos segmentos sociais e outros grupos sociais pela educação pública e inclusão na educação. Porém, na perspectiva feminista (principalmente a “revolucionária”, como definida por bell hooks) esses avanços quantitativos, na equiparação numérica de homens e mulheres, não revelam necessariamente avanços nos objetivos mais amplos e radicais do feminismo em relação a pesquisa, a academia e as ciências, no sentido de transformações mais qualitativas nas estruturas, formas de organização e agendas de pesquisa de forma a dar possibilidades as mulheres e outros grupos sociais de serem produtores de conhecimentos que sejam considerados relevantes por esses grupos dentro de uma estrutura que atenda/acolha essas diferenças e tenha uma constante atenção com os mecanismos de exclusão social e racismo dentro e fora da universidade. A questão da maternidade e dos cuidados, da falta de tempo e espaço na universidade e fora dela, a solução da questão a partir do “fingir que não existe”, mostram que existe muito por avançar. A universidade como lugar da pesquisa e inovação deveria desenvolver e praticar propostas de alternativas que não mantenham o antagonismo “emprego x cuidados” ou “acessão no emprego x cuidado e família”, que penaliza especialmente às mulheres.

A teórica feminista argentina Diana Maffía coloca essas questões em termos de praticar e difundir as epistemologias feministas nas ciências. Essas epistemologias seriam produzidas passando por três estágios: 1) descritivo (provar estatisticamente que em todas as sociedades as mulheres estão piores que os homens), 2) prescritivo/normativo (apontar como melhorar essa realidade) e 3) prático (formular enunciados de compromisso – “estou disposta a fazer o que esteja ao meu alcance para que não seja assim”). Esse percurso teórico e metodológico coloca em termos práticos o que muitas feministas parecem apontar em seus textos quando falam em uma ciência socialmente comprometida e uma epistemologia política ou de uma política feminista na ciência.

... Termino essas reflexões com outra pergunta que seguirá aberta para todxs que trabalham ou orbitam os espaços de pesquisa e acadêmicos no Brasil - “simpatizantes” e “praticantes” do feminismo: é possível pensar num projeto de ciência feminista desvinculado da crítica e da práxis e que não se comprometa com a transformação do sistema econômico e político, com a naturalização e perversidade da desigualdade social e racial? Como resistir e agir nessa direção em tempos temerosos? Para as mulheres e principalmente para as mulheres feministas o caminho nunca foi fácil e a luta muitas vezes a única opção para sair da condição de objetos para de agentes da razão e da política. Bom, as bruxas não pararam por medo do fogo...
